

PROCEDIMENTO N.º 8002/2024

SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA

PROGRAMA

**Serviço de Aprovisionamento da
Unidade Local Saúde do Baixo Mondego**

**PROCEDIMENTO N.º 8002/2024
SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA**

**PROGRAMA
DISPOSIÇÕES GERAIS**

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO E SEU OBJETO

1. A entidade adjudicante é a Unidade Local Saúde do Baixo Mondego (ULSBM), abreviadamente designada por HDFF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica acingov.pt
2. O presente procedimento foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração da ULSBM, em reunião de 09 de janeiro de 2024.
3. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de higiene e limpeza para a ULSBM, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
4. A presente prestação de serviços insere-se nas categorias 90910000-9 – “Serviços de limpeza”, constante do Regulamento (CE) n.º 231/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)
5. Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18º a 21º do CCP), o tipo de procedimento adotado é o Concurso Público Internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, prosseguindo os trâmites dos artigos 130.º e seguintes do CCP.

ARTIGO 2.º

DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÓNICA DAS PEÇAS DO CONCURSO

1. O presente procedimento corre os seus termos na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov (www.acingov.pt), sendo as peças disponibilizadas integralmente na Acingov.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no n.º 1 artigo 1.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12:30 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 133.º do CCP, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao Conselho de Administração da ULSBM e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.

ARTIGO 3.º

ESCLARECIMENTO, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do presente concurso, constituído por deliberação do Conselho de Administração da ULSBM.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a visita às instalações da ULSBM afetas ao presente procedimento, devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
3. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, pelo júri do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento disponíveis para consulta, procedendo-se à notificação de todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 4.º

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de Janeiro de 2016, disponível, no Portal BASE, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>
 - b) Declaração do Concorrente, devidamente assinada, que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o ANEXO I do presente Programa;
 - c) O preço total e unitário com exclusão do IVA, identificando-se a respetiva taxa legal aplicável, e que deverá incorporar todos os custos, encargos e despesas não imputáveis à ULSBM e inerentes ao fornecimento dos serviços;
 - d) Os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, aos quais o Concorrente se vincula, nomeadamente os prazos de execução e a competência técnica, devidamente certificada, para fornecer os serviços objeto do contrato, bem como indicação da plataforma de gestão operacional que possui.
 - e) Preenchimento do Modelo de resposta, de acordo com o Anexo G do caderno de encargos, devendo o mesmo ser obrigatoriamente apresentado em formato xls. e em simultâneo em pdf.;

- f) Preenchimento do Anexo E do Caderno de Encargos, relativo aos produtos de limpeza a apresentar.
- g) Certidão permanente atualizada do concorrente ou de todos os membros do agrupamento, da qual deverá resultar que quem assina a proposta tem poderes de vinculação do concorrente ou que conferiu esses poderes a um procurador, caso em que deve ser igualmente junto o respetivo instrumento de representação (procuração).
2. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para explicitar os termos da proposta.
3. Os documentos previstos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, em função da especificidade técnica ou nos documentos que assim sejam redigidos originalmente, podem ser redigidos em língua inglesa, sendo que no caso concreto das fichas técnicas exigidas poderão ser apresentadas em língua portuguesa ou inglesa.

ARTIGO 5.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida apresentação de propostas variantes (de acordo com o artigo 59.º do CCP), pelo que o concorrente apenas poderá apresentar a proposta base.

ARTIGO 6.º

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. As propostas deverão ser apresentadas na plataforma eletrónica até às 17:00 do trigésimo dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no JOUE e Diário da República.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão de ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov.
3. Sob pena de exclusão, os concorrentes deverão assinar eletronicamente (com assinatura digital qualificada, de acordo com o estabelecido no artigo 54º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto) todos os documentos que associarem às propostas, assim como as próprias propostas. No caso de serem apresentados documentos inclusos em ficheiros compactados/zipados, deve cada um destes documentos, individualmente, ser assinado eletronicamente.

ARTIGO 7.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias, a contar da data limite para a entrega das propostas, sendo prorrogado por iguais períodos para os concorrentes que nada requererem em contrário.

ARTIGO 7.º**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, nos termos do disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 74.º do CCP, da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

ARTIGO 8.º**ADJUDICAÇÃO POR LOTES**

Nos termos do n.º 2, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, a decisão de adjudicação do presente procedimento de compra não será por lotes.

ARTIGO 9.º**LEILÃO**

1. O Leilão eletrónico decorrerá na plataforma eletrónica Acingov.
2. Após a análise e avaliação das propostas, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas, por um dos fundamentos do artigo 146.º e n.º 2 do artigo 70.º ambos do CCP, são simultaneamente convidadas por via eletrónica, a participar no leilão.
3. O único atributo da proposta objeto do leilão será o preço.
4. O leilão terá início decorrido dois dias úteis a contar da data do envio dos convites, nos termos do n.º 1 do artigo 143.º do CCP.
5. Outras regras de funcionamento do leilão, designadamente a data e hora do início do leilão, o modo de licitação, o decremento entre licitações e o encerramento do mesmo, serão fixados no convite à participação do leilão, nos termos dos artigos 141.º e 142.º do CCP.

ARTIGO 10.º**DESEMPATE**

1. Existindo empate será a realização sorteio que irá determinar a ordenação final das propostas. Para tal deve a entidade adjudicante convocar os concorrentes empatados, para a realização de sorteio, que se realizará em data e local a fixar, sendo que o mesmo irá decorrer da seguinte forma:
 - a) A data, hora e local em que ocorrerá o sorteio será comunicada a todos os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias;
 - b) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
 - c) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
 - d) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;
 - e) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.

2. O concorrente que não comparecer ao sorteio na hora marcada será substituído por um membro do júri quer no lançamento do dado quer para retirar a bola.
3. Do procedimento o júri lavrará ata que descreverá o ocorrido e que será lida e assinada pelo júri e pelos concorrentes presentes.

ARTIGO 11.º

DECISÃO E NOTIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes.
2. Conforme previsto no artigo 77.º do CCP, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar todos os documentos de habilitação;
 - b) Confirmar, no prazo que lhe for determinado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos aos atributos ou a termos e condições da proposta adjudicada.

ARTIGO 12.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação, a saber:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao Código do Contratos Públicos;
 - b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
 - c) Certidão comprovativa da situação contributiva da Segurança Social;
 - d) Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, direção ou gerência;
 - e) Seguros;
 - f) Procuração de delegação de poderes, se aplicável.
2. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
3. A não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo indicado para o efeito, implica a caducidade da adjudicação.
4. Quando ocorra situações que possam determinar a caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar, sem prejuízo do prazo adicional previsto no n.º 2 do Art.º 86º do CCP.

ARTIGO 13.º

CAUÇÃO

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP, o Adjudicatário deve prestar uma caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações decorrentes da celebração do presente contrato.
2. Ao abrigo do n.º 1 do artigo 89.º do CCP, o Adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total do fornecimento do serviço, com exclusão do valor do IVA.

3. Conforme disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP, o Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da ULSBM no dia imediatamente subsequente.
4. A prestação de caução pode ser substituída pela apresentação de um seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o Adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, nos termos do n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
5. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos seguintes termos:
- a) O depósito em dinheiro é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da ULSBM, devendo ser especificado o fim a que se destina, em conformidade com o ANEXO III;
 - b) A caução efetuada mediante garantia bancária, implica a apresentação de um documento, através qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela ULSBM em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, conforme o ANEXO IV.
 - c) Tratando-se de seguro caução, o Adjudicatário deve apresentar uma apólice, através da qual uma entidade, legalmente autorizada a realizar o seguro, assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela ULSBM em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita, conforme o ANEXO V.
6. Nos termos do n.º 9 do artigo 90.º do CCP, todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.
7. Ao abrigo do artigo 91.º do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida. Neste caso, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

ARTIGO 14.º

MINUTA DO CONTRATO, RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do caderno de encargos e de acordo com o preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, sendo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. A minuta de contrato é enviada ao adjudicatário para aceitação, juntamente com a notificação de adjudicação.
3. As reclamações contra a minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de dez dias a contar da apresentação, a entidade adjudicante comunica ao reclamante a sua decisão.
5. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que a entidade adjudicante se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

ARTIGO 15.º**CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de trinta dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos dez dias contados da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação de caução, se aplicável;
- d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades, se for o caso.

2. O contrato é outorgado pela entidade adjudicante ou por quem detenha poderes delegados para a mesma, e pelo representante legal do adjudicatário.

ARTIGO 16.º**POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE AJUSTE DIRETO**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de procedimento de ajuste direto para celebração de futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares aos do objeto do presente concurso público.

ARTIGO 17.º**DESPESAS E ENCARGOS**

- 1. São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta.
- 2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada». 198

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Caução por Depósito em Dinheiro (a que se refere a alínea a), do n.º 5 do artigo 11.º do presente Programa)

Guia de depósito n.º _____ € (euros)

Vai (1), residente/com sede (2) em (3), depositar na sede/filial/agência/delegação (2) da (4), a quantia de (5) destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantidos(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (6), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

O presente depósito corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e fica à ordem da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego (ULSBM), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (data)

... (assinatura)

- (1) Identificação completa do adjudicatário.
- (2) Eliminar o que não interessa.
- (3) Morada do Adjudicatário.
- (4) Identificação completa da instituição de crédito.
- (5) Indicar o valor, também por extenso.
- (6) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

ANEXO IV**Modelo de Garantia Bancária (a que se refere a alínea b), do n.º 5 do artigo 11.º do presente Programa)**

GARANTIA BANCÁRIA n.º _____

Em nome de (1), vem o(a) (2), pelo presente documento, prestar, a favor da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego (ULSBM), Pessoa Coletiva n.º 506 361 527, uma garantia bancária, até ao montante máximo de (3), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (4), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

A presente garantia corresponde 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, para fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da Entidade Beneficiária.

Fica bem assente que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, que não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à Entidade Beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela Entidade Beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

- (1) Identificação completa do adjudicatário.
- (2) Identificação completa da instituição garante.
- (3) Identificar o valor, também por extenso.
- (4) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa.

ANEXO V**Modelo de Seguro - Caução (a que se refere a alínea c), do n.º 5 do artigo 11.º do presente Programa)**

SEGURO - CAUÇÃO n.º ____ / APÓLICE n.º ____

Em nome de (1), adiante designado por Tomador do Seguro, vem a entidade (2), adiante designada por Segurador, pelo presente documento, prestar, a favor da Unidade Local Saúde do Baixo Mondego (ULSBM), Pessoa Coletiva n.º 506 361 527, adiante designada por Beneficiário, um seguro-caução, até ao montante máximo de (3), destinado a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador no âmbito da adjudicação relativa ao procedimento (4), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º, 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor.

O presente seguro corresponde a 5% do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o Segurador, sem quaisquer reservas, de fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite do valor seguro, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte do Beneficiário.

Fica bem assente que o Segurador, no caso de vir a ser chamado a honrar o presente seguro, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do Tomador, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Beneficiário quaisquer reservas ou meios de defesa de que o Tomador se possa valer face ao Segurador.

O presente seguro permanece válido até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Beneficiário, não podendo ser anulado ou alterado sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (Data)

... (Assinatura)

(1) Identificação completa do adjudicatário.

(2) Identificação completa da instituição garante.

(3) Identificar o valor, também por extenso.

(4) Indicar a designação ou referência do procedimento em causa. |